

## DÍVIDA EXTERNA

# Governo não refinancia Estados

**Orçamento para 91 não prevê recursos e, além disso, meta é receber Cr\$ 44 bilhões de juros**

ALDO RENATO SOARES

BRASÍLIA — O projeto do Orçamento Geral da União para 1991 não prevê recurso para o refinanciamento da dívida externa dos Estados, Distrito Federal, municípios e suas empresas. Nos próximos dias, o Banco Central deverá estabelecer as regras para o reempréstimo dos valores devidos. A união quer receber no ano que vem os juros da dívida dos Estados e municípios que vence em 1991, cerca de Cr\$ 44,8 bilhões, referentes a empréstimos honrados pela União.

A proposta orçamentária enviada ao Congresso prevê ainda a

amortização do principal da dívida mobiliária federal que vence em 1991. Do total de Cr\$ 2,072 trilhões, o governo vai resgatar Cr\$ 1,9 trilhão (94,4%) com a emissão de títulos.

Toda a receita prevista com o programa de privatização e com a colocação de Certificados de Privatização (CPs) será utilizada para a redução do estoque da dívida mobiliária e também para o pagamento de Cr\$ 200 bilhões de dívida da administração direta e autarquias com organismos internacionais. O governo espera uma receita de Cr\$ 226 bilhões — Cr\$ 186 bilhões com a venda de Certificados de Privatização, mais Cr\$ 40 bilhões em recursos provenientes da alienação de empresas estatais.

## ECONOMIA

Dentro da estratégia de gastar

menos nas atividades-meio, o orçamento reduziu em 12% as despesas com pessoal em relação a este ano e em 10% as despesas com manutenção. Essa economia permitirá um aumento de 24% nos investimentos da administração direta e autarquias nas prestações de serviço à sociedade. “É o primeiro esforço objetivo para o governo resgatar seus compromissos sociais”, explicou ontem o diretor do Departamento de Orçamento da União, Cláudio Forghieri.

Os recursos da seguridade social, concentrados nos ministérios do Trabalho e da Previdência Social, da Saúde e da Ação Social, crescerão 14% em relação a este ano. O orçamento não leva em consideração o projeto de custeio e benefícios que foi aprovado pelo Congresso e encaminhado à sanção presidencial. Se o texto for ratificado

pelo presidente Fernando Collor, o governo terá de encaminhar ao Congresso pedido de crédito suplementar para poder arcar com as novas despesas.

Na parte de investimentos das empresas estatais, a proposta orçamentária estima uma retomada dos investimentos em relação à revisão orçamentária deste ano e ao que foi realizado em 1989.

Em 1991, os investimentos nas estatais deverão representar 2,36% do Produto Interno Bruto (PIB). Este ano a estimativa é de 1,99% do PIB e em 1989 foi 2,40% do PIB. A Petrobrás terá Cr\$ 173 bilhões, a Eletrobrás, Cr\$ 177 bilhões e o Grupo Telebrás, Cr\$ 175 bilhões. Esses preços estão em valores de maio. O orçamento prevê um superávit operacional (sem correção monetária) de 1% do PIB e o equilíbrio nas contas das estatais.